

Acampamento ou carnaval?

Salvo por alguma malícia, não se pode afirmar que o PMDB, enquanto considerado sob o ponto de vista da disciplina partidária, seja exatamente um acampamento de ciganos, que se estabelece sem nenhuma simetria e segundo os acidentes topográficos. Até porque tal comparação resultaria desprimorosa aos ciganos, entre os quais prevalece indestrutível solidariedade mística e ideológica. E a argamassa que mantém o PMDB entrelaçado por frágeis vínculos é uma pasta composta de utilitarismo político e fisiologismo pragmático, com os interesses do povo postos a distâncias convenientes.

Não subsiste má-vontade ou preconceito algum nessa definição, uma vez que é expressão incontestável de uma realidade ostensivamente posta à vista de todos. Debaixo da sigla peemedebista, armou-se um ringue para o pugilato ideológico e doutrinário, com lutas de categoria inferior em torno de privilégios oficiais, funções e cargos da administração pública. Diga-se, em complementação, tratar-se de algo estranhíssimo, pois os atuais portadores de mandato popular eleitos pela legenda — xifras, moderados, direitistas, oportunistas, carreiristas, arrivistas, todos, sem exceção — foram tangidos para o plenário da Constituinte pelos ventos bonancosos do Plano Cruzado I. Esse deveria ser, portanto, um ponto de convergência e não, como se verifica agora, a fonte de hipocrisia para uma postura que não ousa sustentar politicamente o Governo, mas não renuncia às blandícias e favores do Poder. Por acaso, não é essa uma verdade irretóquível? Pelo menos o povo, nas valas do showmício das diretas, confirma esse diagnóstico.

Ainda agora, a opinião pública presencia um espetáculo que não diremos carnavalesco para não ofender uma tradição nacional, nem a ingenuidade de seus participantes, mas que raia à comicidade. Pior é que, embora cômico, esse espetáculo não deixa de ser trágico para o processo de sedimentação das instituições democráticas. É o caso das linhas opostas seguidas pelo PMDB em duas questões fundamentais.

Perante a Comissão de Sistematização tramita projeto de resolução subscrito por uma facção do PMDB para viabilizar a transmissão de todos os trabalhos da Constituinte

através dos meios eletrônicos de comunicação. Pretende-se com essa iniciativa tornar transparente perante a opinião pública as ações da Assembléia e dos partidos ali representados, de modo que a sociedade possa isentamente julgar o desempenho de seus mandatários e acompanhar os rumos da elaboração constitucional. A idéia até seria louvável, se não fosse absolutamente inviável, como de regra acontece com a maioria das "idéias" peemedebistas.

Enquanto isso, a Comissão Executiva do PMDB decide que a Convenção Nacional do partido, convocada para manifestar-se sobre a duração do mandato do presidente Sarney, se pronuncie através do voto secreto. Para a Constituinte, pretende-se a devassa pública e, em consequência, a vigilância irrestrita da sociedade. Para as decisões internas do partido, o levantamento de um indevassável blombo, de modo que a sociedade não possa identificar aqueles que pretendem fraudar a consciência do povo. Quer dizer, converte-se o voto secreto, em outras circunstâncias instrumento legítimo das democracias representativas, num expediente degradante, tomado para saciar ambições desmedidas de Poder.

Embora a decisão interna do PMDB guarde escassa vinculação com a realidade política — afinal, a competência para fixar o mandato presidencial é da Constituinte — o episódio constitui demonstração de que o partido dispõe de vários pesos e medidas no julgamento dos valores políticos. Mas, em nenhum deles, se insere o contrapeso dos interesses legítimos da sociedade nacional.

As seções regionais do PMDB, inclusive a do Distrito Federal, realizam pré-convenções para uniformizar a posição de seus delegados na Convenção Nacional. Como esta questão do mandato presidencial, por sua substancial importância, deve ser decidida com inteira transparência — e não sob o critério comprometedor e imoral do voto secreto —, as pré-convenções são a ocasião providencial para uma revisão saneadora, de modo que o povo tenha conhecimento de como agem e pensam os núcleos de direção do partido elevado ao controle do Poder. O contrário disso é adotar a impostura como norma de comportamento partidário.